



Relatório de Gestão

2021





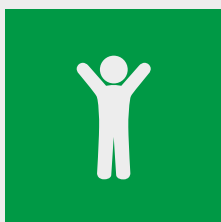
Ser Cooperativa

Do campo à cidade, da pessoa física à jurídica, do servidor público ao empreendedor. Do médico ao produtor rural. O cooperativismo é a união de pessoas que compartilham o mesmo propósito, que querem fazer a diferença em busca de uma sociedade mais justa e equilibrada. Nós somos cooperativa.



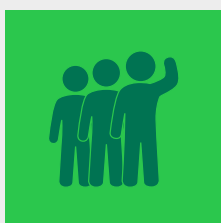
7 PRINCÍPIOS DO

Cooperativismo



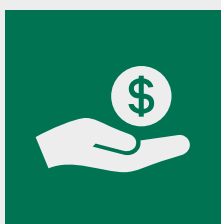
1) Adesão livre e voluntária

Liberdade e igualdade são a base do primeiro princípio. No cooperativismo qualquer pessoa pode se tornar um cooperado, desde que faça isso de forma livre e voluntária, e esteja disposta a assumir suas responsabilidades.



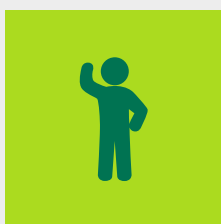
2) Gestão democrática

Todos os cooperados têm direito a um voto. As decisões dentro da cooperativa são tomadas democraticamente, ou seja, todos têm a mesma importância.



3) Participação econômica

Todas as pessoas que integralizam capital em uma cooperativa se tornam cooperadas e participam do retorno financeiro da instituição anualmente.



4) Autonomia e independência

As cooperativas são autônomas, ou seja, são controladas pelos seus associados. No caso de cooperativas de crédito, elas são fiscalizadas e supervisionadas por órgãos estatais, como Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, que traz ainda mais segurança aos associados.



5) Educação, formação e informação

As cooperativas têm compromisso com a educação e a formação de seus membros, representantes e colaboradores. Assim, garante que todos possam sempre contribuir da melhor maneira para o desenvolvimento da própria cooperativa e também da comunidade.



6) Intercooperação

No cooperativismo todos se ajudam! Além do trabalho feito em conjunto dentro de cada cooperativa, essa ajuda mútua também acontece entre as cooperativas, independente de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.



7) Interesse pela comunidade

Todas as cooperativas trabalham por um bem comum: a comunidade, buscando o desenvolvimento sustentável onde seus cooperados estão inseridos.



Para você e a sua empresa



Financiamentos



Empréstimos



Capital de Giro



Boletos de Cobranças



Maquininha de Cartão



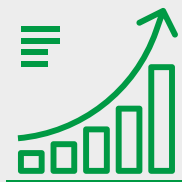
Cartões



Consórcios



Cheques



Aplicações



Seguros



Previdência Privada



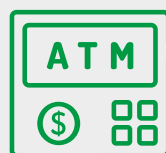
Conta Kids



App CrediSIS



Internet Banking



Caixas Eletrônicos



Pix



Área de atuação CrediSIS





Empatia
Confiança
Relacionamento
Sustentabilidade
Empreendedorismo

#issoésercooperativa

SUMÁRIO



Ser cooperativa.....	03
7 princípios do cooperativismo.....	04
Para você e sua empresa.....	06
Área de atuação CrediSIS.....	07
Parecer do conselho fiscal.....	10
Palavra do Presidente.....	11
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações.....	12
Demonstrações Financeiras	
Balancos patrimoniais.....	15
Demonstrações do resultado.....	16
Demonstrações do resultado abrangente.....	17
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	18
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	19
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	20
1 Contexto operacional.....	20
2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis.....	21
3 Caixa e equivalentes de caixa.....	26
4 Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	26
5 Títulos e valores mobiliários.....	27
6 Relações interfinanceiras.....	28
7 Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	30
8 Outros créditos.....	30
9 Investimentos.....	31
10 Imobilizado de uso e intangível.....	32
11 Depósitos.....	32
12 Relações interfinanceiras.....	32
13 Outras obrigações.....	33
14 Passivos contingentes.....	34
15 Patrimônio líquido.....	34
16 Outros ingressos operacionais.....	36
17 Dispêndios administrativos.....	37
18 Dispêndio de pessoal e honorários.....	37
19 Seguros contratados.....	38
20 Resultado não recorrente.....	38
21 Partes relacionadas.....	38
22 Índice de Basileia.....	40
23 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos.....	40



Parecer Conselho Fiscal

Os abaixo-assinados, membros do Conselho Fiscal da CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda, em reunião realizada no dia 21 de fevereiro de 2022, em observância ao artigo 56 da Lei 5.764/71 e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstrativos dos Resultados do Exercício, demais documentos e informações pertinentes.

E com base nos documentos analisados e nos esclarecimentos apresentados pelos representantes da Centralcredi e tendo em conta o parecer da auditoria Externa, é de parecer que os citados documentos estão em conformidade com as prescrições legais e refletem adequadamente a posição patrimonial e econômico-financeira da Cooperativa no referido exercício social, razão pela qual opinam favoravelmente à aprovação dos citados documentos pela Assembleia Geral.

Ji-Paraná/RO, em 21 de fevereiro de 2022.

CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

Walberto Costa Fernandes

Conselheiro Efetivo
Coordenador

Fabiano Roberto Correa de Freitas

**Fabiano Roberto
Correa de Freitas**

Conselheiro Efetivo

Rubens Ribeiro Rodrigues

Conselheiro Efetivo
Secretário



Palavra do **Presidente**

Mesmo diante de um cenário tenebroso, provocado pela pandemia da Covid-19, o cooperativismo de crédito conseguiu se reinventar e tornou-se a salvação para muitos negócios e ajudou a minimizar os impactos negativos provocados pelas perdas, algumas irreparáveis. O Sistema CrediSIS deu a sua parcela de contribuição nesse contexto.



Por isso, estamos ainda mais confiantes, visto que o Brasil também apresentou um cenário animador com a volta da geração de empregos, a manutenção do equilíbrio fiscal e a recuperação dos níveis de investimento. Bem como o avanço da agenda de reformas, e assim, soprando bons ventos para 2022.

Nosso crescimento foi pujante em 2021, e isso se deu pelo comprometimento em continuar trabalhando mesmo quando a incerteza tomava conta de todos. Persistimos firmemente, reformulando processos, produzindo soluções e garantindo o bem-estar econômico e social dos nossos cooperados e colaboradores.

Também não hesitamos em fortalecer a estruturação dos nossos setores com a contratação de novos profissionais, visando a melhoria contínua de nossas atividades. Assim como, investimos em tecnologia, trazendo mais segurança para todo o Sistema, e permitindo a oferta de mais serviços. Além da migração de novas cooperativas.

O Sistema CrediSIS, mais uma vez, cresceu em uma proporção que rompeu as expectativas. No comparativo com 2020, em 2021, nosso número de cooperados aumentou em 21%, agora somos mais de 42 mil.

Os ativos evoluíram em 22%, além do aumento em depósitos totais e operações de crédito totais. Nosso resultado financeiro ultrapassou a marca de R\$ 83 milhões, um avanço de 40%.

Os números nos enchem de orgulho, assim como o que está por trás deles, que é a dedicação de cada um de nós. Por isso, não há dúvidas de que 2022 será mais um ano de expansão, já que vamos continuar cooperando juntos.

Afinal, a cooperação é o que nos impulsiona. O cooperativismo é nossa filosofia de vida, que visa o desenvolvimento da sociedade. É nisso que o Sistema CrediSIS acredita. Isso é Ser Cooperativa!



Relatório dos **auditores independentes sobre as demonstrações**

Aos cooperados e administradores da CREDISIS - Central de Cooperativas de Crédito Ltda. Ji-Paraná RO

◆ Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CREDISIS - Central de Cooperativas de Crédito Ltda. ("Cooperativa Central"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CREDISIS - Central de Cooperativas de Crédito Ltda. Em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

◆ Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa Central, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

◆ Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa Central é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cooperativa Central continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa Central ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa Central são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

◆ Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa Central.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa Central. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa Central a não mais se manter em continuidade operacional
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 8 de fevereiro de 2022.

Moore Prisma Auditores Independentes

CRC 2SP017256/O-3 S "RO"



Hélio Mazzi Júnior

CRC 2SP017256/O-3 S "RO"

Julio Cesar Dias

CRC 1SP322496/O-1 S "RO"

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

	Nota	2021	2020
Ativo Circulante		407.642.995	386.246.606
Disponibilidades	3	185.046	65.272
Instrumentos financeiros			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	106.495.402	157.665.108
Títulos e valores mobiliários	5	201.558.088	169.074.435
Relações interfinanceiras	6	94.369.298	58.262.053
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(307.362)	(204.675)
Outros créditos	8	4.825.847	721.959
Outros valores e bens		516.676	662.454
Não Circulante		128.207.164	120.452.802
Realizável a longo prazo			
Instrumentos financeiros			
Títulos e valores mobiliários	5	67.418.114	101.208.868
Relações interfinanceiras	6	52.307.579	10.077.000
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(261.538)	(50.385)
Investimentos	9	49.513	49.000
Imobilizado de uso	10	17.240.040	16.185.349
Intangível	10	4.536.249	1.925.233
(-) Depreciações e amortizações	10	(13.082.793)	(8.942.263)
Total do Ativo		535.850.159	506.699.408

	Nota	2021	2020
Passivo Circulante		435.092.903	464.998.282
Depósitos e demais instrumentos financeiros			
Depósitos	11	61.452.249	40.902.896
Relações interfinanceiras	12	369.186.291	415.902.787
Relações interdependências		8.762	491.176
Outras obrigações	13	4.445.601	7.701.423
Não Circulante		52.440.801	-
Depósitos	11		
Patrimônio Líquido		48.316.455	41.701.126
Capital social		39.158.612	37.341.848
Reserva de sobras		5.375.634	4.151.768
Sobras acumuladas		3.782.209	207.510
Total do passivo e patrimônio líquido		535.850.159	506.699.408

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

	Nota	2021	2020
		2º Semestre	Exercício
Ingressos da intermediação financeira		15.231.226	10.661.441
Operações de crédito	6	1.102.603	1.333.875
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	5.085.477	4.545.565
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	5	9.043.146	4.782.001
Dispêndios da intermediação financeira		(11.140.364)	(9.018.095)
Operações de captação no mercado	12a	(10.909.441)	(8.918.125)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7b	(230.923)	(99.970)
Resultado bruto da intermediação financeira		4.090.862	1.643.346
Outros ingressos operacionais		13.419.675	18.290.115
Ingressos de prestação de serviços		31.699	456.325
Outros ingressos operacionais	16	13.387.976	17.833.790
Outros (dispêndios) operacionais		(15.308.551)	(19.679.386)
Dispêndios administrativos	17	(6.703.812)	(6.423.776)
Dispêndios de pessoal e honorários	18	(6.828.192)	(9.466.522)
Dispêndios de depreciações e amortizações		(1.776.547)	(3.789.079)
Outros dispêndios operacionais		-	(9)
Resultado operacional		2.201.986	254.075
Resultado não operacional		15.084	(8.619)
Resultado antes da tributação		2.217.070	245.456
Imposto de renda e contribuição social		(961)	(1.327)
Sobra líquida do semestre/exercícios		2.216.109	244.129

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

		2021	2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Sobra líquida do semestre/exercícios	2.216.109	4.455.197	244.129
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do semestre/exercícios	2.216.109	4.455.197	244.129

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

Reservas de sobras

	Capital social	Reserva legal	Reserva de contingências	Sobras acumuladas	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	35.281.795	199.112	963.926	-	36.444.833
Integralizações de capital	4.086.164	-	-	-	4.086.164
Devoluções de capital	(40.000)	-	-	-	(40.000)
Desfiliação CrediSIS-Belém	(207.816)	-	-	-	(207.816)
Desfiliação CrediSIS-Eucled	(1.778.295)	-	-	-	(1.778.295)
Contribuições ao fundo de contingências	-	-	2.998.647	-	2.998.647
Utilização do fundo de contingências	-	-	(34.330)	-	(34.330)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	244.129	244.129
Destinação da reserva legal	-	24.413	-	(24.413)	-
FATES - cooperados	-	-	-	(12.206)	(12.206)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	37.341.848	223.525	3.928.243	207.510	41.701.126
Destinação para o FATES	-	-	-	(207.510)	(207.510)
Integralizações de capital	1.816.764	-	-	-	1.816.764
Contribuições ao fundo de contingências	-	-	800.000	-	800.000
Utilização do fundo de contingências	-	-	(21.100)	-	(21.100)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	4.455.197	4.455.197
Destinação da reserva legal	-	444.966	-	(444.966)	-
FATES - cooperados	-	-	-	(222.483)	(222.483)
FATES - não cooperados	-	-	-	(5.539)	(5.539)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	39.158.612	668.491	4.707.143	3.782.209	48.316.455

Reservas de sobras

	Capital social	Reserva legal	Reserva de contingências	Sobras acumuladas	Total
Saldos em 1º de julho de 2021	38.250.230	223.525	4.413.642	2.239.088	45.126.485
Integralizações de capital	908.382	-	-	-	908.382
Contribuições ao fundo de contingências	-	-	300.000	-	300.000
Utilização do fundo de contingências	-	-	(6.499)	-	(6.499)
Sobra líquida do semestre	-	-	-	2.216.109	2.216.109
Destinação da reserva legal	-	444.966	-	(444.966)	-
FATES - cooperados	-	-	-	(222.483)	(222.483)
FATES - não cooperados	-	-	-	(5.539)	(5.539)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	39.158.612	668.491	4.707.143	3.782.209	48.316.455

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

	2021	2020	
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	1.178.878	1.508.898	(6.115.379)
Sobra ajustada do semestre/exercícios	4.513.333	9.333.933	4.436.747
Sobra líquida do semestre/exercícios	2.216.109	4.455.197	244.129
Provisão para perdas em repasses interfinanceiros	230.923	419.638	99.970
Depreciações e amortizações	1.776.547	4.153.921	3.789.079
Residual de baixas de imobilizado de uso e intangível	289.754	305.177	303.569
Redução (aumento) nos ativos	55.301.570	(29.924.925)	(248.707.615)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	144.495.700	51.169.706	(102.289.953)
Títulos e valores mobiliários	(12.937.172)	1.307.101	(114.394.209)
Relações interfinanceiras	(71.942.524)	(78.443.622)	(37.320.920)
Operações de crédito	-	-	4.214.147
Outros créditos e outros valores e bens	(4.314.434)	(3.958.110)	1.083.320
Aumento (redução) nos passivos	(58.636.025)	22.099.890	238.155.489
Depósitos	46.311.260	72.990.154	9.796.836
Relações interfinanceiras	(101.682.853)	(46.716.496)	238.686.649
Relações interdependências	(1.890.625)	(482.414)	(666.612)
Outras obrigações	(1.373.807)	(3.691.354)	(9.661.384)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(2.357.494)	(3.984.788)	(2.464.812)
Aumento de investimentos	(513)	(513)	(500)
Aquisições de imobilizado de uso e intangível	(2.356.981)	(3.984.275)	(2.464.312)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	1.201.883	2.595.664	5.024.370
Integralizações de capital	908.382	1.816.764	4.086.164
Devoluções de capital	-	-	(40.000)
Desfiliação CrediSIS-Belém	-	-	(207.816)
Desfiliação CrediSIS-Eucled	-	-	(1.778.295)
Contribuições ao fundo de contingências	300.000	800.000	2.998.647
Utilização do fundo de contingências	(6.499)	(21.100)	(34.330)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	23.267	119.774	(3.555.821)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	161.779	65.272	3.621.093
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	185.046	185.046	65.272

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em reais)



1 Contexto Operacional

A Credisis Central de Cooperativas de Crédito é uma sociedade Cooperativa Central de responsabilidade limitada, integrante do Sistema de Crédito Cooperativo – CrediSIS. Foi constituída em 13 de agosto de 2000 e tem por objetivo:

- Organizar em comum e em maior escala do capital e dos serviços econômico-financeiro e assistências de interesse das associadas, supervisionando, integrando e, orientando e auditando suas atividades;
- Proporcionar através da mutualidade, assistência financeira às associadas, com a finalidade de fortalecer o Sistema CrediSIS;
- Promover o aprimoramento técnico, capacitando os ocupantes de cargos estatutários, funcionários e corpo de associados;
- Representar suas associadas perante as autoridades monetárias, as instituições financeiras, os organismos governamentais, inclusive, para firmar convênios e contratos de interesse.

A Cooperativa Central está sediada em Ji-Paraná RO e tem sua área de atuação nos estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.434/2015.

No país o surto da pandemia de COVID-19 e as medidas adotadas por governos em países em todo o mundo para mitigar a propagação da pandemia, impactaram significativamente os negócios. O Sistema CREDISIS, preocupado também com a saúde financeira de seus cooperados e visando amenizar o momento delicado da pandemia e no intuito de minimizar os impactos da crise e para ajudar os cooperados passou a ofertar, linhas de crédito específicas com taxas reduzidas como “Ajuda Covid, Empréstimos Covid, Parcelamento Fatura Cartão de Crédito/Pandemia, Crediampe”, ofertar aos Cooperados a possibilidade de renegociar seus contratos vencidos e opção de prorrogação de parcelas em até 90 (noventa) dias com a linha de crédito Renegociação-COVID. Com essas novas linhas de crédito, houve uma oportunidade de a cooperativa ampliar seu quadro social, captando novos cooperados e oferecendo produtos e serviços mais vantajosos que em instituições financeiras bancárias.

Salientamos que o percentual de atingimento segmentado por pessoa física e pessoa jurídica com as linhas destinadas a ajuda covid foi de 89% para PF e 11% para PJ e que o volume em nossa carteira de crédito foi de mais de R\$ 240 milhões.

O Impacto mais relevante que “sofremos” foi o aumento exponencial dos recursos centralizados, que apresenta aspectos positivos, pela alta disponibilidade de recursos e aspectos negativos, por terem maior predominância no depósito à vista, que é um recurso volátil.

Nas cooperativas do Sistema CrediSIS, os colaboradores de grupo de riscos tiveram revezamento e alteração no regime de trabalho para home office, além das ações de distanciamento social, uso de máscara, álcool em gel e sanitização frequente dos ambientes de trabalho.



2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a) Apresentação das demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa Central autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 8 de fevereiro de 2022, as quais são de sua responsabilidade e foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BCB, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009.

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa Central em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa Central foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

b) Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

b.1) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência. Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/1971.

b.2) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa Central no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa Central incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa Central monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

b.3) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os depósitos bancários.

b.4) Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários

Registrados pelo valor de aplicação e classificados conforme a intenção da administração da Cooperativa Central em mantê-los até o vencimento, são atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. As aplicações interfinanceiras e parte dos títulos e valores mobiliários garantem operações de repasses de recursos de crédito rural e produtos financeiros operados com instituições financeiras oficiais, entre eles, compensação, cartão de crédito e débito e correspondente bancário.

A Circular BCB nº 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

b.5) Relações interfinanceiras – Repasses interfinanceiros

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

b.6) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Sobre as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a administração da Cooperativa Central constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

b.7) Investimentos

Representados por participações societárias avaliadas ao custo de aquisição.

b.8) Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 – Ativo imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/2016.

b.9) Intangível

Corresponde aos ativos não monetários, identificáveis, controláveis e sem existência física, adquiridos e destinados para utilização da Cooperativa Central na manutenção de suas atividades e na geração de benefícios econômicos futuros. Estão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, e a amortização é reconhecida mensalmente, a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens ativos, revistas no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.534/2016.

b.10) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, o ativo intangível e os outros ativos não circulantes são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

b.11) Depósitos interfinanceiros

Os depósitos interfinanceiros são atualizados pela valorização da quantidade depositada na data do balanço.

b.12) Relações interfinanceiras – passivo

A centralização financeira compreende as sobras de caixa das cooperativas filiadas não investidas em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, não tendo vencimento, portanto, classificados no passivo circulante. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades.

b.13) Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

b.14) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa Central quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. A administração da Cooperativa Central revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

b.15) Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas. Em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 27.449.908. Já o realizável a longo prazo supera o exigível a longo prazo em R\$ 67.023.354. Assim, o ativo total, excluído o permanente, supera o passivo total em R\$ 39.573.446.

b.16) Imposto de renda e contribuição social

A Cooperativa Central está sujeita à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL quando auferir resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável. A alíquota da CSLL para as cooperativas de crédito foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1º de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, conforme Medida Provisória nº 1.034/21.

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. A Cooperativa Central está sujeita ao recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, sobre as receitas auferidas com atos não cooperativos. A alíquota aplicada varia de 2% a 5%, de acordo com a legislação vigente de cada município.

b.17) Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa Central ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.



3 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Descrição		
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	185.046	65.272

As disponibilidades são classificadas como caixa e equivalentes a caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.



4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2021	2020
Descrição		
Letras do tesouro nacional (i)	106.495.402	127.387.168
Aplicações interfinanceiras CDI (ii)	-	30.277.940
	106.495.402	157.665.108

(i) Trata-se de aplicações em Letras do Tesouro Nacional, classificados conforme a intenção da administração da Cooperativa Central em mantê-los até o vencimento, que ocorrerá em abril/2022.

(ii) Em 31 de dezembro de 2020, tratava-se de Certificados de Depósitos Interfinanceiros no Bancoob, remunerados à taxa média 100% do CDI, mantidos como garantia das operações de Depósito Interfinanceiro Rural (DIR). Em 2021, os valores foram resgatados.

Foi registrado no resultado do exercício de 2021, rendimentos em ingressos da intermediação financeira – aplicações interfinanceiras de liquidez, rendimentos no montante de R\$ 7.369.775 (R\$ 4.545.565 em 2020).



5 Títulos e valores mobiliários

Descrição	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Títulos de renda fixa (i)	4.197.952	25.944.781	30.142.733	12.198.240	13.436.946	25.635.186
Cotas de fundos de investimentos (ii)	116.603.411	-	116.603.411	127.114.295	-	127.114.295
Títulos dados em garantia (iii)	80.756.725	41.473.333	122.230.058	29.761.900	87.771.922	117.533.822
	201.558.088	67.418.114	268.976.202	169.074.435	101.208.868	270.283.303

(i) Trata-se de recursos investidos em Letras Financeiras do Tesouro – LFT, com rentabilidade diária vinculada à taxa de juros básica da economia “Selic”, e Letras do Tesouro Nacional, de investimentos com renda fixa, mantidos para carteira de negociação. São remunerados à taxa média de 100% da Selic. O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais – ANBIMA. Possuem vencimento final em setembro/2027.

(ii) Trata-se de aplicações em cotas de fundos de renda fixa de instituições privadas de primeira linha sem vencimento. São mensurados com base no valor da cota divulgado pelos administradores dos fundos, e estão custodiados na CETIP/B3. São remunerados à taxa média de 4,5% a.a.

(iii) Trata-se substancialmente de recursos de títulos e valores mobiliários vinculados à garantia das operações de DIR (em 2021), operações com cartão de crédito e convênios das cooperativas associadas (em 2021 e 2020), não podendo ser resgatados antecipadamente.

Foi registrado no resultado do exercício de 2021, rendimentos em ingressos da intermediação financeira – títulos e valores mobiliários, rendimentos no montante de R\$ 12.253.512 (R\$ 4.782.001 em 2020).



6 Relações interfinanceiras

a) Composição

Descrição	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Banco Central - conta de pagamento instantâneo (i)	32.896.800	-	32.896.800	17.326.963	-	17.326.963
Repasse interfinanceiros (ii)	61.472.498	52.307.579	113.780.077	40.935.090	10.077.000	51.012.090
	94.369.298	52.307.579	146.676.877	58.262.053	10.077.000	68.339.053

(i) Refere-se aos recursos de Conta de Pagamento Instantâneo do PIX junto ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) do Banco Central do Brasil (BACEN).

(ii) Refere-se aos recursos oficiais voltados ao crédito rural repassados às cooperativas associadas.

b) Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	2021	2020
		Vincendas	Vincendas
A	0,5	113.780.077	51.012.090

c) Composição do não circulante por ano de vencimento

Ano	2021	2020
	2022	-
2023	47.368.935	-
2024	4.938.644	-
	52.307.579	10.077.000

d) Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 2.720.799 e R\$ 2.734.079, e em sua maioria encontra-se em processo de cobrança judicial. Trata-se de operações de crédito cedidas pela Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Executivo do Estado de Rondônia (Policredi), cooperativa não filiada. Em 2021, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 23.777 (R\$ 10.636 em 2020), registrados em outros ingressos operacionais (nota 16).

Foi registrado no resultado do exercício de 2021, em ingressos da intermediação financeira – operações de crédito, rendimentos no montante de R\$ 1.829.523 (R\$ 1.333.875 em 2020).



7 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a) Composição

Descrição	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
(-) Provisão para perdas em repasses interfinanceiros	(307.362)	(261.538)	(568.900)	(204.675)	(50.385)	(255.060)

b) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2021	2020
Saldo no início do exercício	(255.060)	(176.267)
Constituição da provisão para perdas em repasses interfinanceiros	(419.638)	(99.970)
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 16)	-	21.177
Reversão de provisão para repasses interfinanceiros (nota 16)	105.798	-
Saldo no final do exercício	(568.900)	(255.060)



8 Outros créditos

	2021	2020
Descrição		
Adiantamentos e antecipações salariais	29.755	20.061
Adiantamentos de viagens	34.289	200
Adiantamento por conta de imobilizações (i)	4.040.567	31.722
Impostos e contribuições a compensar	1.424	2.026
Pagamentos a ressarcir (ii)	76.264	436.774
Devedores diversos	643.548	231.176
	4.825.847	721.959

(i) Refere-se a, substancialmente, a aquisição de servidores e equipamentos de informática pagos antecipadamente.

(ii) Refere-se a valores a receber do rateio dos dispêndios gerais líquidos da Cooperativa Central, ressarcidos pelas associadas (nota 16(i)).



9 Investimentos

	2021	2020
Descrição		
Corretora de Seguros Ltda.	48.513	48.000
Confederação Brasileira das Coop. de Crédito - Confebras	1.000	1.000
	49.513	49.000



10 Imobilizado de uso e intangível, depreciações e amortizações

				2021	2020
Descrição	Taxa anual de depreciação / amortização	Custo	Depreciação / amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso					
Imobilizações em curso	-	22.696	-	22.696	22.696
Instalações	10%	2.792.291	(849.198)	1.943.093	2.194.550
Móveis e equipamentos	De 10% a 20%	14.098.653	(9.917.103)	4.181.550	5.911.145
Veículos	20%	326.400	(103.313)	223.087	12.717
		17.240.040	(10.869.614)	6.370.426	8.141.108
Intangível					
Software	20%	4.536.249	(2.213.179)	2.323.070	1.027.211
		21.776.289	(13.082.793)	8.693.496	9.168.319



11 Depósitos

				2021	2020
Descrição	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	
Depósitos interfinanceiros	61.452.249	52.440.801	113.893.050	40.902.896	

Recursos tomados em instituições financeiras na forma de Depósito Interfinanceiro Rural (DIR), com prazo máximo de vencimento em março/2024. As taxas variam de 0,89% a 3% ao ano.



12 Relações interfinanceiras

a) Composição do saldo

	2021	2020
Descrição		
Centralização financeira de cooperativas	369.186.291	415.902.787

A Circular BCB nº 3.238/2004 criou, no plano contábil das instituições financeiras – COSIF, desdobramentos de subgrupos e títulos contábeis a serem utilizados pelas cooperativas na contabilização dos valores oriundos do ato cooperativo denominado centralização financeira, cuja premissa é de registrar a transferência das sobras de caixa das cooperativas associadas para a Cooperativa Central. Possui remuneração de, aproximadamente, 70% do Certificado de Depósito Bancário (CDI) para as aplicações com cumprimento da reserva de liquidez, e as aplicações excedentes são remuneradas com 98% do CDI.

No exercício de 2021, foram registrados R\$ 15.689.354 (R\$ 8.918.125 em 2020) no resultado em operações de captação no mercado, substancialmente de centralização financeira.

b) Concentração da centralização financeira

Descrição	2021		2020	
	Valor	% do total	Valor	% do total
Maior depositante	131.808.307	36%	167.095.072	40%
Dois maiores depositantes	263.182.523	71%	287.747.001	69%
Demais depositantes	106.003.768	29%	128.155.786	31%



13 Outras obrigações

Descrição	2021	2020
	Sociais e estatutárias:	
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	421.142	12.206
Quotas de capital a pagar (ii)	1.081.723	5.456.154
Descrição	1.502.865	5.468.360
Fiscais e previdenciárias:		
Impostos e contribuições a recolher	480.921	326.488
Diversas:		
Obrigações por aquisição de bens e direitos	657.028	263.057
Provisão para pagamentos a efetuar	119.702	227.984
Despesa de pessoal	1.446.537	1.049.293
Credores diversos no País	238.548	366.241
Descrição	2.461.815	1.906.575
	4.445.601	7.701.423

(i) OFATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 15b).

(ii) Refere-se ao capital das ex-associadas CrediSIS-Leste, CrediSIS-Belém e CrediSIS-Eucred, que serão restituídos conforme decisão da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa Central, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.



14 Passivos contingentes

No desenvolvimento de suas operações a Cooperativa Central está sujeita a certos riscos, representados por ações tributárias, cíveis e processos trabalhistas, que são discutidas nas esferas administrativa e judicial. A Cooperativa Central não possui processos que indicam perda provável ou possível em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.



15 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é representado por quotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada. Cada cooperativa singular associada tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes na Cooperativa Central, exceto aquelas impedidas por desacordo estatutário.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Cooperativa Central contava com 8 associadas.

No exercício de 2021, a Cooperativa Central aumentou seu capital social no montante de R\$ 1.816.764, com recursos provenientes de suas associadas (R\$ 4.086.164 em 2020). Ocorreram devoluções no exercício de 2020, no montante de R\$ 40.000, para cumprimento do limite máximo de 1/3 (um terço) por cooperativa associada.

Em 2020 houve a desfiliação da Cooperativa de Crédito da Região Metropolitana de Belém - Credisis Belém e da Cooperativa de Crédito Clássica dos Funcionários e Prestadores de Serviços das Empresas Ligadas ao Grupo Eucatur Ltda. - EUCREDI, sendo transferido os respectivos saldos de capital social para quotas de capital a pagar, no montante de R\$ 207.816 e R\$ 1.778.295, respectivamente (nota 13 (ii)).

O capital social da Cooperativa Central é de R\$ 39.158.612 e de R\$ 37.341.848 em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente, totalmente subscrito e integralizado.

b) Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim do exercício de 2021 e de 2020, conforme Estatuto Social tiveram as seguintes destinações:

	2021	2020
Descrição		
Sobras do exercício, base de cálculo e destinações	4.455.197	244.129
Destinações estatutárias:		
Reserva legal (i)	(444.966)	(24.413)
FATES (ii)	(222.483)	(12.206)
Transferido para FATES	(5.539)	-
Sobras à disposição da Assembleia Geral	3.782.209	207.510

(i) 10% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa Central;

(ii) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência à suas associadas e seus respectivos cooperados, bem como a funcionários da Cooperativa Central, de acordo com diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração.

c) Destinações estatutárias e legais

O Fundo de contingências é regido por regulamento próprio, disposições legais e regulamentares aplicáveis. Possui finalidade de garantir a continuidade do funcionamento da Cooperativa Central em face de eventualidades ou ocorrências atípicas. Tem como objetivo salvaguardar os serviços prestados pela Cooperativa Central contra riscos causados por falhas tecnológicas, humanas ou técnicas, que possam resultar em ônus financeiro com impacto no patrimônio da Cooperativa Central.

Possui contribuição anual, com percentual mínimo de 0,10% dos ativos totais de cada cooperativa associada, referente ao exercício anterior, podendo ser efetuada em até doze meses. No exercício de 2021, a Cooperativa Central recebeu contribuições de R\$ 800.000 (R\$ 2.998.647 em 2020), e ocorreram utilizações no montante de R\$ 21.100 (R\$ 34.330 em 2020).

As cooperativas associadas terão acesso aos recursos do Fundo, em decorrência de situações como:

- Questionamento no âmbito administrativo e/ou judicial por execução indevida de alguns dos processos dos serviços, processos que gerem indenizações por danos morais, e/ou quaisquer processos judiciais e fiscais;
- Circunstâncias que resultem em despesas extras ocasionadas pela operacionalização dos serviços prestados pela Cooperativa Central, como fraudes Tecnológicas, invasões por hacker, falsificações, roubos e furtos;
- Necessidade de se normatizar a cobertura das despesas de danos patrimoniais e pecuniários, especificamente voltados para a cobertura das despesas extras previstas em qualquer movimentação informatizada ou operacionalizada por colaboradores, bem como a criação de mecanismos para o ressarcimento de tais despesas;
- Circunstância de catástrofes naturais;
- Objeto de atos de vandalismos ou criminosos;
- Incêndios provocados por qualquer natureza.

d) Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social da Cooperativa, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2021, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2020 para o FATES (R\$ 207.510).



16 Outros ingressos operacionais

Descrição	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rateio de despesas entre Cooperativa Central e filiadas (i)	12.230.920	24.268.548	14.626.054
Recuperação de encargos e despesas (i)	1.133.096	1.947.034	2.802.967
Reversão de provisão par repasses interfinanceiros (nota 7b)	-	105.798	-
Ressarcimento Compartilhamento de Infraestrutura (i)	10.000	77.341	354.866
Recuperação de créditos baixados para prejuízo (nota 6d)	13.960	23.777	10.636
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 7b)	-	-	21.177
Rendas de seguros	-	-	18.090
	13.387.976	26.422.498	26.422.498

(i) A Cooperativa Central possui uma relação de interdependência com suas associadas, visto que o seu custo é reembolsado por elas.

A Cooperativa Central é responsável por representá-las junto aos órgãos e autoridades governamentais, podendo em qualquer esfera, firmar acordos, contratos, convênios e celebrar outros ajustes de interesse geral das cooperativas associadas, e prestar serviços a elas, como processamento de folha de pagamento, contabilidade, compensação, centralização financeira, entre outros.



17 Dispêndios administrativos

2021

2020

Descrição	2º semestre	Exercício	Exercício
Processamento de dados (i)	(4.415.522)	(7.367.102)	(4.018.570)
Serviço de terceiros, vigilância e segurança	(443.674)	(707.886)	(349.487)
Serviços técnicos especializados	(323.465)	(599.643)	(721.935)
Serviços do sistema financeiro	(181.119)	(390.624)	(226.281)
Promoções e relações públicas	(284.292)	(356.998)	(70.002)
Viagem no país	(310.054)	(350.087)	(92.004)
Aluguéis	(164.943)	(303.738)	(264.885)
Água, energia e gás	(93.935)	(166.398)	(171.310)
Manutenção, conservação de bens e material	(96.365)	(138.563)	(133.218)
Propaganda, publicidade, publicações e seguros	(111.789)	(129.734)	(98.044)
Comunicações	(76.597)	(118.616)	(105.815)
Transporte	(3.803)	(7.750)	(4.870)
Outros	(198.254)	(320.002)	(167.355)
	(6.703.812)	(10.957.141)	(6.423.776)

(i) A Cooperativa Central está em processo de reestruturação do código fonte do sistema e migração do banco de dados, ocasionando despesas adicionais



18 Dispêndios de pessoal e honorários

2021

2020

Descrição	2º semestre	Exercício	Exercício
Proventos	(3.379.632)	(6.166.023)	(4.841.581)
Encargos sociais	(1.311.515)	(2.405.549)	(1.829.639)
Benefícios a empregados	(977.147)	(1.845.127)	(1.405.994)
Honorários e cédulas de presença	(875.960)	(1.634.811)	(1.218.021)
Treinamentos	(283.938)	(338.632)	(171.287)
	(6.828.192)	(12.390.142)	(9.466.522)



19 Seguros contratados

A administração da Cooperativa Central adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.



20 Resultado não recorrente

A Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.



21 Partes relacionadas

A Cooperativa Central possui transações com partes relacionadas, compreendendo as cooperativas associadas, ou cooperativas de primeiro grau, cujo objeto social é o de proporcionar assistência financeira aos associados, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias das cooperativas de crédito. São 8 cooperativas associadas, sendo instituições financeiras resultantes da união de pessoas integrantes de segmentos econômicos específicos, que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras e, portanto, tornam-se ao mesmo tempo, usuários dos produtos e serviços da Cooperativa Central e também seus donos.

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa Central e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim descritas nos exercícios

	2021	2020
Descrição		
Principais saldos:		
Ativo		
Circulante		
Relações interfinanceiras (nota 6)	61.472.498	40.935.090
Outros créditos (nota 8)	76.264	436.774
Não circulante		
Relações interfinanceiras (nota 6)	52.307.579	10.077.000
Passivo		
Circulante		
Relações interfinanceiras (nota 12)	369.186.291	415.902.787
Relações interdependências	8.762	37.421
Outras obrigações	153.441	342.931
Patrimônio líquido		
Capital social (nota 15a)	39.158.612	37.341.848
Principais operações:		
Resultado		
Ingressos		
Ingressos da intermediação financeira (nota 6)	1.829.523	1.333.875
Dispêndios		
Operações de captação no mercado	(13.940.775)	(7.629.306)
Outros ingressos operacionais (nota 16)	26.292.923	17.783.887

Na relação Cooperativa Central e associadas existem direitos, como propor ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral, medidas de interesse geral ou da própria associada; votar e concorrer, nos termos dispostos no Estatuto e no Regimento Interno, aos cargos eletivos da Cooperativa Central; demitir-se da Cooperativa Central quando lhe convier; beneficiar-se dos serviços que a Cooperativa Central estiver habilitada a prestar e nas condições que forem estabelecidas nos respectivos regulamentos; e também há deveres como subscrever e realizar as quotas-partes do capital social na Cooperativa Central; satisfazer pontualmente seus compromissos financeiros com a Cooperativa Central; satisfazer, pontualmente, os compromissos perante a Cooperativa Central; cumprir as disposições legais, estatutárias e normativas e respeitar as resoluções do Conselho de Administração e as deliberações da Assembleia Geral da Cooperativa Central.

a) Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração inclui os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente aos honorários da diretoria, as cédulas de presença dos conselheiros e aos correspondentes encargos trabalhistas que, no exercício de 2021, montaram a R\$ 1.634.811 (R\$ 1.218.021 em 2020).



22 Índice de Basileia

O patrimônio líquido da Cooperativa Central apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, com índices de Basileia de 20,20% e 18,71% em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, conforme demonstrativo abaixo:

	2021	2020
Patrimônio de Referência- PR	45.993.385	40.673.915
RWA para Risco de Crédito - RWACPAD	202.780.359	209.299.689
RWA para Risco de Mercado - RWAMPAD	10.624.518	168.372
RWA para Risco Operacional - RWAOPAD	7.234.609	7.917.201
RWA total	220.639.486	217.385.262
Parcelas de Riscos	17.651.159	17.390.821
Adicional Capital Principal ACP (i)	4.412.790	2.717.316
Total Parcelas + ACP	22.063.949	20.108.137
Índice de Basileia - IB	20,85%	18,71%

(i) Em 16 de março de 2020, o Banco Central do Brasil – BACEN tornou público a Resolução CMN nº 4.783/2020, que estabelece, por prazos determinados, percentuais a serem aplicados ao montante RWA, para fins de apuração da parcela ACP Conservação de que trata a Resolução CMN nº 4.193/2013. No período de 1º de abril de 2020 a 31 de março de 2021, houve a redução do Adicional de Conservação de Capital Principal (ACP Conservação) de 2,5% para 1,25%, trazendo o percentual mínimo para o Índice de Basileia para 9,25% a partir de 1/4/2020. Esse percentual irá aumentar gradualmente em datas estabelecidas, retornando a 10,5% em 1/4/2022.



23 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

O Sistema CrediSIS conta com uma estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital centralizada e implementada pela CrediSIS Central, que está enquadrada no segmento 4 (S4) e suas filiadas no segmento 5 (S5), nos termos da Resolução CMN nº 4.553/2017. A estrutura é aderente às normas vigentes, compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos realizados, em conformidade com a regulação de cada segmento determinadas pelas Resoluções 4.557/2017 (S4) e 4.606/2017 (S5) do Conselho Monetário Nacional, com o objetivo de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos esperados e inesperados, assegurando a solidez e perenidade do sistema.

O Sistema CrediSIS considera que o gerenciamento de riscos é peça fundamental e estratégica para que seus objetivos sejam alcançados. O relatório completo da estrutura de gerenciamento de riscos da Cooperativa Central está disponível no site www.credisis.com.br, no caminho “Sobre o CrediSIS/Normativos e legislações/Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital”. De forma resumida, as estruturas de gerenciamento de riscos são:

a) Gestão de Continuidade do Negócio

A Política de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é o documento que contempla diretrizes, orientações, princípios básicos e a estrutura necessária para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar as ocorrências de eventuais perdas, interrupções de atividades críticas e eventos extraordinários, proporcionando a resposta adequada à recuperação e restauração dos processos críticos, assegurando assim a continuidade das atividades do Sistema CrediSIS.

b) Gestão do risco de crédito

A estrutura de gestão do risco de crédito está em conformidade com as normas vigentes e objetiva auxiliar nos processos de crédito visando maior qualidade da carteira, identificando, mensurando, avaliando, monitorando, reportando, controlando e mitigando os riscos a fim de se antecipar às ocorrências de perdas ou possíveis perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Mensalmente a ferramenta de gestão é alimentada com as informações das operações de crédito realizadas pela CrediSIS Central e filiadas gerando indicadores que auxiliam nas tomadas de decisões.

c) Gestão de Continuidade do Negócio

Periodicamente nossas posições são marcadas a mercado e enviadas ao Banco Central do Brasil. A estrutura de gerenciamento do risco de mercado está em conformidade com as normas vigentes e tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o impacto da flutuação dos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Sistema CrediSIS em sua centralização financeira.

d) Gestão do risco de operacional

Para gerenciamento do risco operacional são utilizados os processos de mapeamento, registro de ocorrências, registro de perdas e criação dos planos de ação de acordo com o estabelecido na Política de Gestão Integrada de Riscos e Gerenciamento de Capital. A estrutura está em conformidade com as normas vigentes e objetiva a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos associados às falhas, deficiências ou inadequações de processos, pessoas ou sistemas, aspectos legais ou regulatórios, resultantes de eventos internos ou externos.

e) Gestão do risco de liquidez

O Sistema CrediSIS tem como base para gerenciamento do risco de liquidez a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, a qual define regras e percentuais mínimos, adicionais e redutores de recursos que devem ser mantidos na CrediSIS Central pelas suas filiadas, a fim de garantir a liquidez diária.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez está em conformidade com as normas vigentes e tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco de liquidez, mantendo a capacidade de liquidar seus compromissos esperados e inesperados, sem afetar as operações e sem incorrer em perdas, sempre preservando o casamento entre os fluxos de pagamento e recebimento.

f) Gestão do risco socioambiental

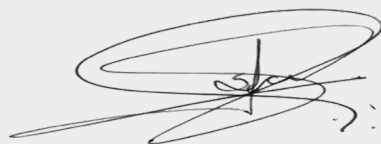
A estrutura de gerenciamento do risco socioambiental está em conformidade com as normas vigentes e tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais causados pelas ações das cooperativas do Sistema CrediSIS, de seus cooperados, fornecedores e/ou prestadores de serviço.

O Sistema CrediSIS ratifica o compromisso da instituição com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável, incorporando as diretrizes de responsabilidade socioambiental no planejamento estratégico, fomentando inovações e adequações aos negócios, considerando os princípios de sustentabilidade e promovendo práticas sustentáveis alinhadas às expectativas e necessidades das partes interessadas.

g) Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital está em conformidade com as normas vigentes e visando os objetivos estratégicos do Sistema CrediSIS, continuamente identifica, mensura, avalia, monitora, reporta, controla e mitiga as exposições aos riscos esperados e inesperados, assim como mantém os níveis de requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal.

Alinhado ao planejamento estratégico, o plano de capital é realizado analisando uma perspectiva de no mínimo 36 meses, considerando metas, projeções, e cenários de estresse, proporcionando condições de se antecipar às situações desfavoráveis e se preparar para o impacto de um novo projeto.



Donizetti José

Presidente
CPF: 113.568.712-91



Rodrigo Cassiano dos Santos

Contador CRC: RO009276/O-4
CPF: 851.693.312-15



Acesse nosso site!
www.credisis.com.br